
ERIK OLIN WRIGHT

Universidade de Wisconsin-Madison

Análise de Classes, História e Emancipação

3

Apesar de, em sentido estrito, o descalabro dos regimes comunistas não implicar uma refutação do marxismo enquanto teoria social, a verdade é que os acontecimentos dos finais dos anos 80 contribuíram para acentuar, no espírito de muitos intelectuais radicais, um sentimento crescente de autoquestionamento e de perplexidade quanto à viabilidade e à utilidade futura do marxismo. Embora continuando a acreditar que o mar-

xismo é ainda hoje uma tradição vital a partir de dentro da qual se torna possível produzir uma ciência social emancipatória, o autor considera que, para poder continuar a desempenhar este papel, o marxismo tem de ser reconstruído em moldes diferentes. Para tanto, esboça neste trabalho, em traços gerais, os contornos fundamentais dessa reconstrução, com especial incidência no problema da análise de classes.

TANTO na imprensa de massas como nos meios de comunicação de carácter mais académico muito se ouve falar da crise do marxismo, ou até mesmo do seu colapso. É frequente ouvirmos equiparar-se o colapso de regimes governados por partidos comunistas com o colapso do marxismo enquanto teoria social. Contudo, e apesar de indubitavelmente existir uma ligação histórica entre o marxismo e o Comunismo com c maiúsculo, estes não são permutáveis. O marxismo faz parte da tradição da teoria social, conquanto se trate de uma teoria social profundamente incrustada em esforços destinados a mudar o mundo. Mais ainda, trata-se de uma tradição da teoria social dentro da qual é possível fazer ciência social, ou seja, identificar quais os verdadeiros mecanismos causais e compreender-lhes as consequências. O Comunismo com c maiúsculo, por outro lado, é uma forma específica de organização social, que se caracteriza pela extirpação ou marginalização da propriedade privada dos recursos produtivos e por níveis elevados de centralização do poder político e económico sob o controlo de aparelhos políticos relativa-

mente autoritários — o partido e o Estado. Tais partidos e Estados serviram-se do marxismo como ideologia legitimadora, mas nem a queda desses regimes, nem a sua incapacidade de cumprir os ideais normativos do marxismo constituem, por si só, provas da falência do marxismo enquanto tradição de prática sócio-científica.

Há, na verdade, uma grande ironia na afirmação de que a morte dos regimes comunistas assentes em economias de planeamento central implica a morte do próprio marxismo. As ideias centrais do marxismo clássico, tal como foram desenvolvidas no final do século XIX, eram de molde a fazer prever que as tentativas de ruptura revolucionária com o capitalismo levadas a cabo em países atrasados e não industrializados acabariam, em última análise, por não alcançar os seus objectivos positivos. O materialismo histórico ortodoxo insistia na ideia de que o socialismo só é possível quando o capitalismo esgota a sua capacidade de desenvolvimento das forças de produção — isto é, quando passa a constituir um travão ao desenvolvimento futuro da capacidade produtiva da sociedade¹. Era esta a crença de todos os marxistas, incluindo Lenine, anteriormente à Revolução Russa. Da perspectiva do marxismo clássico, portanto, a anomalia não reside no facto de as economias de planeamento central do Estado burocrático terem falhado e se encontrarem num processo de transição para o capitalismo, mas antes no facto de terem conseguido sobreviver durante tanto tempo. Este aspecto ilustra bem um silêncio básico que está presente no marxismo clássico, e que é a falta de uma teoria da escala temporal das suas previsões. Mas o que é importante assinalar, no contexto imediato, é que o colapso dos estados comunistas não equivale a uma refutação do marxismo; ele é, quando muito, a refutação do voluntarismo leninista, ou seja, a refutação da crença de que através da vontade revolucionária e do empenhamento organizativo é possível construir o socialismo sobre alicerces materiais inadequados.

Mas apesar de, em sentido estrito, o descalabro dos regimes comunistas não implicar uma refutação do marxismo enquanto teoria social, a verdade é que os acontecimentos dos finais dos anos 80 contribuíram para acentuar, no espírito de muitos intelectuais radicais, um sentimento crescente de autoquestionamento e de perplexidade quanto à viabilidade e à utilidade futura do marxismo. Pela minha parte, não deixei

¹ Para uma explanação mais clara e sistemática desta tese clássica, veja-se G. A. Cohen, 1985.

de acreditar que o marxismo continua a ser hoje uma tradição vital a partir de dentro da qual se torna possível produzir uma ciência social emancipatória. No entanto, considero também que, para poder continuar a desempenhar este papel, o marxismo tem de ser reconstruído em moldes diferentes. Ao longo deste trabalho proponho-me esboçar em traços gerais os contornos fundamentais desta reconstrução, com especial incidência no problema da análise de classes.

Antes de nos debruçarmos sobre o problema da reconstrução em si, torna-se primeiro necessário traçar os contornos centrais daquilo mesmo que há para reconstruir — ou seja, o que é o “marxismo”? A resposta a esta questão pode, evidentemente, transformar-se num exercício de estúpida escolástica doutrinária: definir o que é um *verdadeiro* marxista, por oposição a um falso marxista. A tradição marxista está pejada de destroços das guerras travadas por causa de questões deste género. Não é minha intenção definir aqui um qualquer conjunto de crenças eventualmente necessário possuir-se para se ser considerado com propriedade um “marxista”, mas antes traçar as coordenadas básicas da tradição marxista, como meio de perspectivar devidamente a tarefa de reconstrução.

Para tal, parece-me útil considerar que a tradição marxista se constrói em função de três vértices conceptuais². A estes vértices, representados na Figura 1, chamarei marxismo como *análise de classes*³, marxismo como *teoria da*

Os três vértices 5 do marxismo

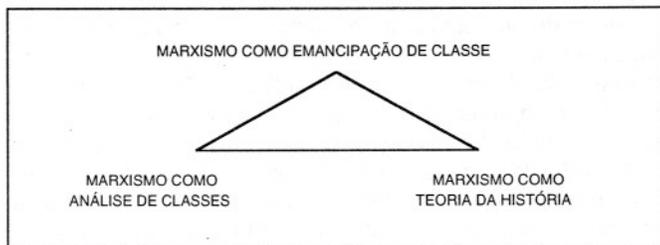
² Existem outras maneiras de definir os contornos da tradição marxista. Dum e doutro lado da barricada metodológica, Alvin Gouldner em *The Two Marxisms* e Louis Althusser em *For Marx*, por exemplo, consideram que a linha central de demarcação dentro da teoria marxista se situa entre o marxismo científico-determinista e o marxismo humanista-voluntarista. Para outros, a distinção far-se-ia entre “marxismo vulgar” ou grosseiro e marxismo não reducionista. Contrastando com estas visões esquemáticas, que analisam a tradição marxista em termos de vinculações epistemológicas e metodológicas, a proposta de que a tradição marxista deve ser delineada em termos dos três vértices aqui referidos faz ressaltar a grande preocupação presente em diferentes estilos de marxismo. Para uma discussão mais aprofundada destes três vértices da teoria marxista, ver Erik Olin Wright, Andrew Levine e Elliott Sober, *Reconstructing Marxism*, capítulo 8. Saliente-se que nessa primeira abordagem o vértice designado “teoria da trajectória histórica” surge sob a designação de “marxismo como socialismo científico”.

³ Robert Brenner sustenta (em comunicação pessoal) que a designação “análise de classes” constitui uma caracterização demasiado estreita do “vértice explicativo” do marxismo. Mais concretamente, a análise de classes não abrangerá de forma adequada o problema da *alienação*. Enquanto a alienação gerada no seio do processo capitalista de trabalho poderia caber na análise de classes, o mesmo já não sucede com a alienação enraizada nos mercados e na concorrência (também teorizada sob a rubrica “feticismo das mercadorias”). Uma alienação deste tipo haveria de existir mesmo se tivéssemos uma economia de mercado totalmente constituída por cooperativas

trajetória histórica, e marxismo como *teoria normativa emancipatória*. Vou de seguida definir sucintamente cada um desses vértices e as respectivas interligações, passando então a indicar quais são, em meu entender, as tarefas principais de reconstrução a levar a cabo no seu interior.

Figura 1

Os três vértices do marxismo



6

Podemos clarificar o contraste entre marxismo enquanto análise de classes e enquanto teoria da história por meio de uma analogia da área da medicina. Considerem-se as seguintes disciplinas: a endocrinologia e a oncologia. A endocrinologia é aquilo a que se poderia chamar uma “disciplina de variáveis independentes”. Um endocrinologista pode permitir-se estudar um vasto leque de problemas — sexualidade, personalidade, crescimento, evolução de doenças, etc. — desde que explore a relação existente entre o sistema endócrino e cada um desses aspectos que se propõe explicar. A endocrinologia revela-se disciplinada quanto às suas variáveis explicativas — as do sistema hormonal — mas promíscua no que se refere às variáveis dependentes. Além disso, em endocrinologia não constitui motivo de embaraço descobrir-se que, no caso da pesquisa de certos problemas, as hormonas até nem são muito importantes. No domínio da

pertencentes aos trabalhadores e por eles dirigidas. Segundo Brenner, a alienação gerada pelo mercado é, dentro do marxismo, um princípio explicativo tão poderoso quanto o da exploração gerada pela classe. Daí que proponha que em vez de “análise de classes” se utilize o conceito de “relações de propriedade sociais”, expressão abrangente capaz de captar a lógica explicativa central do marxismo. A análise de classes é, assim, um de entre os diversos aspectos da análise das relações de propriedade sociais. No uso que aqui faço dos termos, a análise da concorrência do mercado no interior do capitalismo é tratada como sendo uma dimensão da análise de classes, nomeadamente como a análise das formas de interação concorrencial entre agentes situados *dentro* de classes específicas — os mercados de trabalho no que se refere à classe operária, e mercados de mercadorias no que respeita à classe capitalista.

endocrinologia, pode considerar-se um avanço nos conhecimentos disponíveis tanto o saber-se o que é que as hormonas não explicam como saber quais os aspectos por elas explicados. A oncologia, pelo contrário, é uma “disciplina de variáveis dependentes”. Um oncologista pode estudar qualquer causa de cancro imaginável — toxinas, factores genéticos, vírus, até mesmo estados psicológicos. A oncologia revela-se disciplinada quanto à sua variável dependente, mas promíscua quanto às variáveis independentes. E no domínio da oncologia também não constituirá razão para qualquer embaraço a descoberta de que certas causas potenciais de cancro se acabam por revelar de escassa importância.

Nestes termos, o marxismo enquanto análise de classes assemelha-se à endocrinologia — será um marxismo de variáveis independentes — e o marxismo enquanto teoria da história assemelha-se à oncologia — um marxismo de variáveis dependentes. Enquanto autores de análises de classe, os marxistas podem abalançar-se ao estudo de praticamente tudo. É possível fazer-se uma análise de classe da religião, da guerra, da pobreza, do gosto, ou da criminalidade. À semelhança do que acontece na endocrinologia, a descoberta de que o factor classe não é muito importante para certos problemas não deveria constituir causa para qualquer embaraço — o que em si mesmo será já também um avanço no conhecimento que temos do fenómeno classe. Por exemplo, num estudo recente sobre a relação entre classe e divisão sexual do trabalho doméstico nos Estados Unidos e na Suécia, e apesar de porfiados esforços da minha parte no sentido de mostrar que a questão da classe era importante, concluí que em ambos os países a composição de classe do agregado tinha muito pouco a ver com a distribuição das tarefas domésticas entre marido e mulher. Tanto os maridos “yuppies” como os maridos operários faziam muito pouco em casa. O artigo daí resultante, intitulado “Os Não-Efeitos do Factor Classe sobre a Divisão do Trabalho Sexual em Casa” (Wright, 1992), constitui, espero, um contributo para a análise de classes, em virtude de ajudar a clarificar os limites do alcance explicativo do factor classe.

A variável dependente que verdadeiramente mais se distingue dentro do marxismo é a da história, ou, para dizer talvez de uma forma mais exacta, a da *trajectória histórica*. Na sua forma mais ambiciosa, tratar-se-á da trajetória temporal global correspondente à história da humanidade, desde a pré-história da civilização humana até ao presente

e daqui até ao futuro. Na sua forma mais modesta, será a trajectória do desenvolvimento capitalista, desde as suas origens no seio das sociedades feudais pré-capitalistas e passando pelo seu desenvolvimento dinâmico até ao colapso final. Em ambos os casos, o marxismo procura teorizar as tendências intrínsecas do devir histórico que levam este a seguir uma trajectória particular apontada numa direcção específica ⁴.

O terceiro vértice da tradição marxista — e, em certos aspectos, o menos elaborado dos três — é o marxismo enquanto teoria normativa emancipatória. Tem havido, na verdade, marxistas — incluindo, aqui e além, o próprio Marx — que negam por inteiro a importância da teoria moral. Não obstante, a dimensão emancipatória do marxismo é importante e ajuda a enquadrar muito daquilo que verdadeiramente é próprio da análise marxista de classe e das teorias marxistas da história. O âmago da teoria emancipatória do marxismo é a ideia de que a realização completa da liberdade, da dignidade e do potencial humanos só pode ser alcançada em condições de “ausência de classes” — visão esta que é a de uma sociedade radicalmente igualitária em termos de poder e de bem-estar material, onde foi eliminada a exploração, em que a distribuição se baseia no princípio “a cada um segundo as suas necessidades, de cada um conforme as suas capacidades”, e na qual o controlo sobre os recursos produtivos básicos da sociedade cabe à comunidade e não à propriedade privada.

Este ideal emancipatório e igualitário tem sido prosseguido de muitas e diferentes formas. Uma vez a ênfase recai nos aspectos comunitários do ideal, outras vezes na questão da auto-realização e da liberdade individual, e outras ainda na questão do igualitarismo material e do fim da exploração. Nas versões mais fortes da visão marxista emancipatória, a ausência de classes é a condição neces-

⁴ Nestes termos, o marxismo é, nas suas tentativas de explicar a mudança histórica, muito mais ambicioso do que a biologia evolucionista darwiniana. Nunca foi intenção de Darwin tratar a trajectória da história biológica como se nela houvesse uma tendência de desenvolvimento particularmente direccionada. A trajectória resulta da associação aleatória entre, por um lado factores ambientais de carácter accidental, e por outro leis de adaptação de natureza universal. O marxismo clássico, ao invés, sustenta que a história humana em geral — ou pelo menos a história do capitalismo em particular — possui uma trajectória que é relativamente determinada. Neste sentido, a teoria marxista da história assemelha-se mais à teoria do desenvolvimento de um organismo singular do que à teoria da evolução. Para uma comparação sistemática da teoria marxista do materialismo histórico com a teoria darwiniana da evolução biológica, v. o meu trabalho *Reconstructing Marxism*, capítulo 3.

sária e suficiente para a realização dos objectivos emancipatórios. Porém, a maioria dos marxistas contemporâneos assumirá uma posição mais modesta, ao verem a ausência de classes como condição necessária mas não suficiente, e abrindo assim caminho, num projecto de emancipação humana plena, a que se passe a considerar o papel autónomo do género sexual e de outros aspectos não relacionadas com a classe. Em qualquer dos casos, o que torna especificamente marxista a abordagem marxista destas questões normativas é a vinculação à ausência de classes enquanto condição necessária para realização destes valores.

A política operária — ou seja, a organização colectiva das forças sociais em defesa dos interesses da classe operária — tem tradicionalmente constituído o elo unificador que une os três vértice do marxismo. A teoria normativa emancipatória define os valores últimos de uma política operária radical; a teoria da história traça os objectivos gerais e de longo prazo; e a análise de classes faculta a base para as suas estratégias. Se do que se trata é de transformar activamente o mundo e não apenas de o interpretar, então aquilo que o marxismo visa é sobretudo usar a *análise de classes* como meio de compreender os processos políticos com vista à concretização de objectivos *emancipatórios* que sejam *historicamente* possíveis.

As interligações entre estes vértices fazem parte essencial daquilo que é mais característico do marxismo enquanto empreendimento intelectual⁵. Considere-se a análise de classes: o que é que na análise marxista das classes é mais distintivamente “marxista”? Não é a ideia de que capitalistas e trabalhadores existem numa relação de classe que assenta na propriedade dos meios de produção e na venda da força de trabalho, nem tão pouco é a tese de que tal relação é geradora de desigualdades materiais e de conflitos. Tudo isso

⁵ Nem todos os marxistas aceitarão esta caracterização do “terreno do marxismo”. Alguns marxistas, especialmente aqueles que trabalham em teorizações de tradição mais hegeliana, levantarão objecções a uma linguagem que fala de “mecanismos”, de “variáveis independentes” e de “dependentes variáveis”. Em vez disso, consideram que os conceitos centrais do marxismo se acham enraizados numa noção de totalidade que não pode ser significativamente decomposta em “causas” e “efeitos”. Mesmo assim, no próprio marxismo hegeliano a análise de classes ocupa um lugar de destaque na conceptualização da totalidade, sendo objectivo fulcral da teorização da totalidade a compreensão do “desenrolar da história” a caminho da emancipação do proletariado. Pode, por isso, considerar-se que o marxismo hegeliano mobiliza todos estes três vértices, se bem que com uma atitude filosófica relativamente ao problema da construção teórica muito diferente daquela de que me sirvo neste trabalho.

já se encontra na análise das classes de Weber. A propriedade crucial da análise marxista das classes é a diferença da análise weberiana é a sua ligação ao problema normativo da emancipação de classe e uma teoria da trajetória histórica. A teoria normativa emancipatória está directamente implícita num dos conceitos fundamentais da análise marxista das classes: o de exploração. A “exploração” é, simultaneamente, um conceito explicativo e um termo dotado de uma carga moral. Enquanto conceito explicativo, “exploração” pretende identificar um dos mecanismos centrais por meio do qual a estrutura de classe explica o conflito de classe. Considera-se que em parte as relações de classe explicam o conflito porque as classes, mais do que terem simplesmente interesses materiais *diferentes* que podem eventualmente entrar em conflito, apresentam interesses materiais que pelo facto de se basearem na exploração são *intrinsecamente antagónicos*. Identificar tais relações de classe como relações de exploração implica, além disso, um juízo moral sobre as desigualdades geradas no âmbito dessas relações. Exploração, aqui, não define unicamente uma “transferência de trabalho” de um grupo social para outro, mas antes uma transferência que se considera injusta ou ilegítima. O ideal emancipatório do igualitarismo radical — que põe termo à exploração de classe — encontra-se, assim, implícito na própria conceptualização da classe.

Poder-se-ia, evidentemente, elaborar uma forma de análise das classes em que o conceito de ausência de classes constituísse unicamente um ideal normativo de igualitarismo radical, sem precisar de acreditar na possibilidade de se alcançar esse ideal normativo. Conferir-se-ia assim à análise de classes uma vantagem moral, mas não haveria qualquer sugestão de que esta alternativa ao capitalismo era posta activamente pelo próprio capitalismo. É aqui que entra a ligação entre a análise das classes e a teoria da trajetória histórica. A teoria da história procura mostrar que há, inerentes ao capitalismo, tendências que propõem o socialismo como alternativa. Tais propostas assumem várias formas, algumas delas altamente deterministas (o capitalismo acaba necessariamente por se destruir a si próprio por via das suas contradições e é inevitavelmente superado pelo socialismo), outras apresentando-se como versões mais brandas, que afirmam que o desenvolvimento do capitalismo apenas coloca a possibilidade do socialismo, tornando porventura essa possibilidade cada vez mais viável, mas nem por isso

cada vez mais necessária. De qualquer das maneiras, esta ligação entre análise das classes, emancipação de classe e trajectória histórica afigura-se crucial para aquela que é a força crítica e verdadeiramente característica do marxismo: a análise de classes não se resume a uma condenação moral do capitalismo alicerçada na sua ligação a um ideal emancipatório; ela é também uma crítica empírica do capitalismo alicerçada na sua própria constatação da produção histórica de alternativas reais.

No marxismo clássico, estes três vértices teóricos reforçam-se mutuamente de uma forma extremamente estreita. O marxismo enquanto emancipação de classe identificava a doença do mundo em presença. O marxismo enquanto análise de classes fornecia o diagnóstico das causas. E enquanto teoria da trajectória histórica, tratava de identificar a cura. Sem a análise de classes e sem a teoria da história, a crítica emancipatória do capitalismo não passaria de uma condenação de ordem moral — aquilo a que Marx desdenhosamente designou por “socialismo utópico” —; e sem o objectivo emancipatório, a análise de classes não passaria de uma mera especialidade académica. Os três vértices constituíam uma teoria unitária em que a análise de classes fornecia os princípios explicativos necessários e suficientes para a teoria da trajectória histórica conducente a um futuro emancipatório. O enorme atractivo do marxismo advinha-lhe, em parte, da unidade destes três elementos, pois no seu conjunto eles facultavam uma base aparentemente firme onde alicerçar a convicção de que a eliminação das misérias e opressões do mundo existente não seria mera fantasia utópica, mas antes um projecto político praticável.

Nos anos mais recentes, a par de um aprofundamento considerável da compreensão que temos de cada um destes três vértices considerados separadamente, tem-se verificado uma erosão gradual da sua unidade e grau de imbricação. Hoje em dia, são relativamente poucos os marxistas que ainda acreditam que a análise de classes pode fornecer, por si só, um conjunto de causas suficiente para se compreender a trajectória histórica do capitalismo, e menor ainda é o número daqueles que defendem que esta trajectória histórica é de molde a fazer pensar que a probabilidade do socialismo tende intrinsecamente a aumentar na medida do desenvolvimento do capitalismo. De um paradigma de ciência social englobante e relativamente estanque, que aspirava a explicar todos os fenómenos sociais que se revelassem relevantes

para uma transformação social de sentido emancipatório, o marxismo evolui presentemente em direcção a um quadro conceptual mais solto, capaz de dar conta de toda uma série de mecanismos causais específicos que ajudam a explicar aqueles fenómenos.

Este enfraquecimento do grau de integração das suas componentes teóricas contribuiu para o sentimento de crise intelectual vivido na tradição marxista. Mas a perda de firmeza da estrutura teórica do marxismo não tem que ser lida como sinal do seu colapso iminente; muito pelo contrário, um quadro menos rígido pode abrir novas vias de desenvolvimento teórico no interior de cada um dos vértices da tradição marxista. Tal reconstrução torna-se particularmente importante dado o clima intelectual criado pelo descalabro das economias de planeamento central que vigoraram sob a direcção de partidos comunistas.

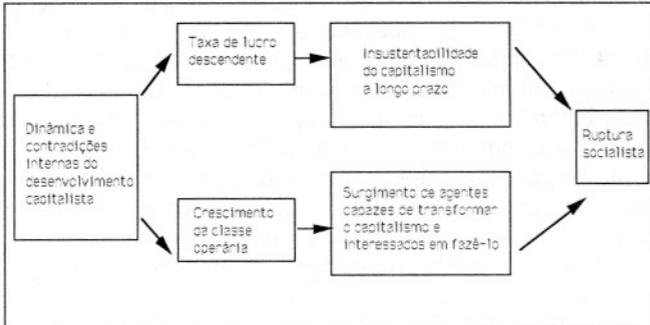
O actual desafio ao marxismo

Embora seja defensável a ideia de que o descalabro das economias planificadas vem ao encontro das previsões do marxismo clássico, estas grandes mudanças históricas não deixam de colocar um desafio aos três vértices do marxismo. Tanto o ideal emancipatório marxista como a teoria da história e a análise marxista das classes dependem, de uma forma ou de outra, do facto de o socialismo se afigurar como alternativa plausível ao capitalismo. Se o colapso destes regimes deita por terra os argumentos teóricos aduzidos quanto à viabilidade de se transcender a propriedade privada e as relações de classe capitalistas, então estes elementos do marxismo encontram-se, de facto, seriamente ameaçados. Embora em si mesmo o descalabro das economias de planeamento central não prove que não existem alternativas emancipatórias viáveis para o capitalismo, potencialmente esse colapso vem pôr em causa quaisquer pretensões nesse sentido, tornando-as dependentes do diagnóstico que se fizer sobre quais foram exactamente as razões pelas quais as economias de planeamento central chegaram à crise e ao impasse a que chegaram.

Já muito antes da actual tentativa de construção do capitalismo que os neo-marxistas se haviam mostrado bastante críticos em relação à União Soviética. O cerne da crítica neo-marxista padrão girava em torno do problema da democracia: na ausência de democracia merecedora desse nome, não havia como construir nem manter instituições económicas de tipo socialista. Assim, muitos neo-marxistas

Figura 2

Razões tradicionais avançadas pelo marxismo a favor do socialismo



13

sentiram que uma democratização profunda das instituições sociais e políticas seria capaz de gerar uma nova viabilidade para o projecto socialista, pelo menos num contexto de forças de produção altamente desenvolvidas. Mais do que considerar que o problema principal residia na ausência da propriedade privada de capital, defendemos que o problema residia, isso sim, na ausência de democracia operária.

Tanto na Rússia como na Europa de Leste quase ninguém acredita nisto. E o que é mais, muitos intelectuais radicais do Ocidente que partilham dos valores igualitários tradicionalmente associados ao marxismo acham-se hoje igualmente cépticos quanto à viabilidade do socialismo democrático, já para não falar do comunismo⁶. Mesmo acreditando que a evidência empírica continua a apresentar-se muito ambígua quanto a estas questões e que o socialismo democrático continua a ser uma alternativa desejável e viável ao capitalismo, torna-se ainda assim difícil manter os conceitos de socialismo e de comunismo com a mesma certeza que outrora caracterizou o marxismo. Sem estes conceitos, no entanto, é toda a empresa da análise marxista das classes que vacila.

O marxismo clássico encontrou uma solução brilhante para o problema de conferir credibilidade ao socialismo enquanto forma de produção social: inverteu o problema, e

⁶ Não se trata aqui do socialismo enquanto projecto político imediato, mas da sua viabilidade enquanto alternativa bem sucedida e sustentável ao capitalismo desenvolvido, debaixo de todas e quaisquer condições históricas plausíveis.

procurou provar a *irviabilidade* do capitalismo a longo prazo. A história — bastante nossa conhecida, nos termos em que a ilustra a Figura 2 — baseia-se em duas cadeias causais, ambas bem enraizadas na dinâmica interna do desenvolvimento capitalista. Uma cadeia causal vai das contradições do desenvolvimento capitalista até à taxa de lucro descendente, passando daqui até ao agrilhoamento das forças de produção no interior do capitalismo e, conseqüentemente, à insustentabilidade deste a longo prazo; a outra cadeia causal vai do crescimento da classe operária até ao crescimento da capacidade em agentes capazes de transformar o capitalismo. O coincidir destas duas cadeias causais torna desejável e possível que se dê uma ruptura do capitalismo.

Se esta história estivesse correcta, não se tornaria talvez tão importante ter uma teoria positiva de socialismo como alternativa ao capitalismo. Se o capitalismo é incapaz de se reproduzir no longo prazo e se surgirem agentes (trabalhadores) dotados de um interesse claro no controlo democrático da produção social e de capacidade para tomar o poder, talvez então o problema de demonstrar a viabilidade do socialismo possa ser colocado entre parêntesis. Infelizmente, já nenhuma das duas cadeias causais deste raciocínio parece segura, inclusivamente para muitos dos teóricos que ainda trabalham dentro da tradição marxista. A tese da irreproduzibilidade do capitalismo a longo prazo — ou seja, a tendência endógena e intrínseca no sentido de crises cada vez mais profundas e por fim catastróficas, enraizadas na diminuição da taxa de lucro — é sem dúvida problemática, como problemática é também a tese de que o capitalismo produz uma classê de proletários suficientemente homogênea que lhe há-de servir de coveira.

Neste contexto, portanto, o fracasso das economias planificadas e o facto de muitas pessoas nessas sociedades começarem a abraçar o capitalismo é algo que perturba os socialistas democráticos. Muito embora tais sociedades não fossem socialistas no sentido de os recursos produtivos da sociedade serem controlados democraticamente pelos trabalhadores, o facto é que elas tinham acabado com a propriedade capitalista, pelo que o seu fracasso é condizente com a tese de que a propriedade privada do capital é essencial com vista à obtenção de incentivos e à eficiência em economias desenvolvidas.

O futuro do marxismo enfrenta, assim, dois desafios significativos. Em primeiro lugar, existe o desafio teórico

colocado pelos desenvolvimentos registados no âmbito da teoria social radical, incluindo a própria tradição marxista, desenvolvimentos esses que conduziram a uma rejeição de versões totalizantes do marxismo. Em segundo lugar, existe o desafio político apresentado pela dramática evolução histórica vivida nos últimos anos, a qual põe em causa a viabilidade de uma teoria crítica normativamente estribada no socialismo. Algumas pessoas poderão pensar que estes desafios acabarão, em última análise, por conduzir a uma dissolução do marxismo enquanto tradição intelectual coerente. Existem, sem dúvida, vozes, no campo pós-marxista e pós-moderno, que rejeitam toda e qualquer pretensão explicativa da análise das classes com o fundamento de que é epistemologicamente ilegítima, e que sustentam que as tentativas para reconstruir o marxismo mais não são do que esforços agonizantes por parte de gente renitente e incapaz de enfrentar os factos. Em minha opinião há que resistir a estas vozes de desespero. Se por um lado pode não haver como regressar às certezas confiantes do marxismo enquanto paradigma englobante de todas as coisas, é, por outro lado, também verdade que qualquer tentativa séria no sentido de compreender as causas da opressão com vista a potenciar os projectos políticos apostados na eliminação dessas mesmas causas deve incluir, no seu programa de acção, a análise de classes. E para tal, torna-se essencial proceder a uma reconstrução do marxismo.

De seguida abordarei sumariamente formas de reequacionamento possível das tarefas postas a cada um dos vértices da tradição marxista, após o que me deterei com mais atenção sobre certos problemas relacionados com a análise de classes.

O marxismo enquanto teoria da trajectória histórica

A *função* central da teoria da trajectória histórica dentro do marxismo consiste em facultar uma base para a tese segundo a qual o socialismo — e em última análise o comunismo — não se ficam por ser apenas ideais morais, sendo antes alternativas empiricamente viáveis ao capitalismo. Se a trajectória histórica foi tomada como explanandum, tal não se deve a uma sua eventual importância intrínseca enquanto objecto de curiosidade intelectual, mas tão somente ao facto de facultar os alicerces para o socialismo científico.

Reconstrução dos vértices do marxismo

Do que se trata, então, é da questão de saber se é possível satisfazer esta função sem contemplar os problemas levantados pela tentativa de construir uma teoria da história tão ambiciosa. Apresentam-se como particularmente promissoras duas derivações do modelo tradicional⁷. Na primeira, pode deslocar-se o explanandum da *trajectória* histórica para a *possibilidade* histórica. Em vez de se tentar explicar a trajetória global da história humana ou mesmo a trajetória do capitalismo em termos de uma sequência mais ou menos determinada de estádios, pode revelar-se mais útil centrarmos nos modos como certas condições históricas específicas, ora abrem, ora fecham quadros de futuro alternativos. Uma teoria da possibilidade histórica poderia evoluir para uma outra teoria, mais forte, das trajetórias históricas, mas a verdade é que ela não presume que as sequências sigam uma trajetória única, por oposição a toda uma diversidade de trajetórias possíveis. Quanto à segunda, em vez de se entender a variação histórica em termos de modos de produção discretos e qualitativamente descontínuos, como acontece no marxismo clássico, a variação histórica pode ser analisada em termos de padrões de decomposição mais complexos e da recombinação de elementos dos modos de produção.

Consideremos o capitalismo e o socialismo. O capitalismo é uma sociedade em que os capitalistas detêm os meios de produção e os trabalhadores possuem a sua força de trabalho; o socialismo é uma sociedade em que os trabalhadores detêm colectivamente os meios de produção, embora individualmente continuem a possuir a sua força de trabalho. Nas concepções marxistas tradicionais dos meios de produção vigora apenas uma destas duas situações, excepto talvez em períodos de transição instável. (Numa sociedade socialista pode, evidentemente, haver ainda vestígios de algumas empresas capitalistas, da mesma forma que numa sociedade capitalista podem existir algumas empresas estatais e inclusivamente empresas que sejam propriedade dos trabalhadores; em todo o caso, no entanto, toda e qualquer unidade de produção seria sempre, ou capitalista, ou socialista).

Há uma conceptualização alternativa que encara a categoria "propriedade" como sendo constituída por um conjunto complexo de direitos e de poderes e que acalenta a possi-

⁷ Para um tratamento alargado destas e de outras modificações do materialismo histórico clássico, veja-se *Reconstructing Marxism*, capítulo 5.

bilidade de se poder separar esses direitos e poderes, isto é, a possibilidade de que estes não formem necessariamente um todo unitário. Dentro de um dado sistema de produção, certos direitos podem ser socializados, ao passo que outros permanecem privados. Por isso, as empresas podem, a título individual, caracterizar-se por uma forma de propriedade mista. Até mesmo nos Estados Unidos, pátria por excelência de um capitalismo relativamente puro, certos aspectos dos direitos à propriedade privada encontram-se parcialmente socializados através, por exemplo, da legislação relativa à saúde e à segurança, bem como da protecção ambiental. Uma situação deste tipo pode ser designada por “interpenetração” de modos de produção. Em vez de se considerar a trajectória histórica do capitalismo, primeiro que tudo, em termos da ruptura capitalismo *versus* socialismo, esta forma de pensar a estrutura económica abre a possibilidade a um conjunto muito mais vasto de variações entre capitalismo e socialismos, no qual padrões de interpenetração diferentes passam a assumir o destaque de problema a analisar. Assim, ao analisar-se o desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas, a questão fundamental passa a ser a tentativa de teorizar o desenvolvimento de diferentes trajectórias (no plural) de tais interpenetrações dos modos de produção.

17

O marxismo enquanto teoria da emancipação de classe

A mudança, verificada na explicação da variação histórica, de uma sequência de modos discretos de produção para padrões de interpenetração de modos de produção, sugere uma mudança paralela na teoria normativa da emancipação de classe. Em vez de se encarar a “ausência de classes” como o princípio normativo prático pelo qual se rege a teoria marxista, poderia antes pensar este princípio em termos de “menor presença do factor classe”. Isto implica que em vez de apontarmos para um estado final idealizado devemos, antes, pensar em termos de um processo variável. Os capitalismos variam quanto ao grau de exploração e de desigualdade que caracteriza as suas estruturas de classe e na medida em que o sistema de produção seja interpenetrado por elementos socialistas. Pode restringir-se em maior ou menor grau a propriedade privada de capital através do fortalecimento democrático dos trabalhadores, através do controlo socializado de várias dimensões dos direitos de propriedade. A ausência de classes continua ainda a ser uma

visão utópica. Contudo, a norma operativa que fornece a base para a crítica empírica das instituições existentes é a redução do factor classe.

Uma ênfase na diminuição do factor classe abre igualmente caminho a uma variedade muito mais ampla de modelos teóricos de objectivos emancipatórios práticos. Atentemos em dois exemplos recentes. Uma das propostas para a reforma do Estado providência dentro do capitalismo avançado consiste em substituir a maior parte dos programas de apoio ao rendimento por aquilo a que se chama um "subsídio de rendimento básico" ("basic income grant", ou simplesmente BIG), a atribuir sem condições⁸. A ideia é bastante simples: todo o cidadão recebe um subsídio de subsistência no valor do rendimento básico considerado suficiente para um padrão de vida "histórica e moralmente digno", sem por tal facto estar sujeito à condição de prestação de qualquer contributo para a sociedade. O subsídio de rendimento básico, a exemplo da concessão de uma instrução básica e dos cuidados básicos de saúde, é um simples direito de cidadania. A sua concessão quebra efectivamente o elo entre o arredamento dos meios de produção e o arredamento dos meios de subsistência que, no capitalismo, constitui a marca definidora da proletarização. Na esteira de Marx, os marxistas sempre partiram do princípio de que inerentemente ao capitalismo estava a ideia de que, em virtude de estarem arredados da propriedade dos meios de produção, os trabalhadores também estariam afastados dos meios de subsistência, vendo-se por isso obrigados a trabalhar para ganharem a vida. É isto que se significa quando se designam os operários por "proletários". Aquilo que a proposta "BIG" pretende conseguir é uma erosão significativa do carácter coercivo do capitalismo, ao tornar o trabalho muito mais voluntário e ao desproletarizar assim, pelo menos parcialmente, a classe trabalhadora. É óbvio que existem muitas objecções possíveis a este projecto, tanto do ponto de vista ético como do ponto de vista prático. A questão, aqui, está em que este tipo de proposta se abre no âmbito de uma teoria reconstruída de emancipação das classes, a partir do momento em que o cerne normativo passa a ser entendido, não exclusivamente

⁸ Um ensaio de Robert Van der Veen e de Philippe Van Parijs, publicado em 1986 sob o título "Uma Via Capitalista para o Comunismo", *Theory and Society* 15, pp.635-55, originou uma controvérsia particularmente viva sobre a questão do rendimento mínimo. Uma estimulante colecção de ensaios em que se faz a avaliação das questões normativas e práticas relacionadas com o rendimento mínimo é Philippe Van Parijs (org.), *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Basic Reform*, 1992.

em termos de ausência de classes, mas mais em termos de uma diminuição do factor classe.

Uma segunda ilustração dos novos tipos de modelos de objectivos emancipatórios encontra-se representada no controverso trabalho de John Roemer sobre o problema da propriedade pública e o significado da palavra "socialismo". Roemer afirma que é inconcebível uma sociedade tecnologicamente avançada poder funcionar com a mínima eficiência necessária quando os mercados de bens de consumo e de capital não assumem nela um papel de vulto. Daí este autor achar que a ideia do socialismo de planificação centralizada já não tem qualquer viabilidade. Mas como é que é possível ter mercados autênticos, especialmente de capital, sem ter propriedade privada? Como é que a ideia de "socialismo de mercado" se pode tornar coerente? A proposta que Roemer apresenta é, no fundo, muito simples. Em resumo, ela traduz-se em criar, numa mesma sociedade, dois tipos de dinheiro: dinheiro para a aquisição de bens de consumo e dinheiro para a aquisição de direitos de propriedade em empresas (dinheiro-acções). Começa-se por distribuir o dinheiro-acções de forma igual por toda a população adulta, criando-se mecanismos próprios para que os indivíduos de cada novo grupo de adultos que se venha a constituir possam receber a sua parte *per capita* do dinheiro-acções. Os dois tipos de dinheiro não são convertíveis; não é possível trocar por dinheiro-acções a riqueza que eventualmente se possua em dinheiro destinado à compra de bens. Com isso se impede que pessoas que recebam um salário elevado nas respectivas profissões se tornem proprietários ricos. É permitido comprar e vender acções com dinheiro-acções, e daí a razão de existir uma bolsa de valores. As empresas adquirem capital novo através de empréstimos obtidos junto dos bancos, que são propriedade pública.

A ideia aqui exposta apresenta muitos outros pormenores e subtilezas de elaboração, mas essencialmente do que se trata é da criação de um mecanismo em que seja impossível as pessoas enriquecerem e tornarem-se proprietários ricos dos meios de produção. A propriedade é "socializada" no sentido em que cada pessoa se aproxima da parcela *per capita* que lhe cabe na propriedade dos meios de produção e em que as instituições de crédito são controladas de maneira democrática. Quanto ao mais, os mercados funcionam apenas com as formas de regulamentação que é habitual encontrar-se nas economias capitalistas.

Será isto o socialismo? Será que assim se avança nos objectivos emancipatórios que os socialistas tradicionalmente desde sempre defenderam? Trata-se de questões importantes e controversas. De novo há que dizer, porém, à semelhança do que sucede no caso do "BIG", que modelos deste tipo entram no âmbito de uma teoria normativa da emancipação das classes a partir do momento em que as nossas preocupações se deslocam para a ideia de diminuição do factor classe.

O marxismo enquanto análise das classes

Para se compreender as tarefas que uma reconstrução da análise das classes tem pela frente, será útil estabelecer uma distinção entre dois entendimentos daquilo que a análise das classes pode, de forma realista, esperar conseguir. Consideremos o problema que é explicar vários aspectos da opressão sexual, como seja por exemplo a divisão desigual do trabalho no lar. Uma das perspectivas possíveis sustenta que os marxistas deveriam aspirar a uma *teoria* geral das classes especificamente voltada para a questão do género, que seria portanto também uma teoria das desigualdades entre os dois sexos. Retomando a analogia entre o marxismo e a medicina, tal seria o mesmo que propor uma teoria endocrinológica do cancro que considerasse que as hormonas eram o factor mais determinante do cancro. Da mesma maneira, uma teoria das classes aplicada à opressão de um dos sexos implica que o factor classe seja de algum modo entendido como a causa mais profunda ou importante da opressão sexual. Tal não implica necessariamente que todos os aspectos referentes à opressão baseada no género sexual se possam explicar pelo factor classe, mas tão somente que, a um nível de abstracção adequado, a classe é capaz de explicar as propriedades mais importantes da opressão sexual.

A perspectiva alternativa a esta é a de que o marxismo se deveria deter sobre a *análise de classes* da opressão sexual sem fazer juízos prévios quanto à viabilidade ou inviabilidade final de uma teoria das classes perfeitamente elaborada. Uma análise de classes implica que se examinem não só as conexões causais entre classe e género sexual mas também os seus impactos mútuos em diversas frentes do esforço explicativo, como sejam as ideologias do género sexual, a pobreza feminina ou a violência sexual. Isso implica

um reconhecimento provisório de que os processos relacionados com o género sexual se encontram enraizados em mecanismos causais autónomos que se não podem reduzir ao factor classe, e que a tarefa da análise das classes consiste em aprofundar o nosso entendimento das interacções desses mecanismos na explicação de fenómenos sociais específicos. Note-se que pode bem suceder que, das descobertas que vierem a lume da análise de classes da opressão sexual, acabe por se tornar possível construir uma teoria de classe dessa mesma opressão. Apesar de tal eventualidade parecer pouco provável, dado o nosso conhecimento actual destes processos, ela não está, no entanto, logicamente excluída.

Reconstruir a análise de classes implica, por isso, que de uma crença apriorística no primado do factor classe nas explicações do social se passe a uma outra atitude, mais aberta no que se refere à exploração da importância causal daquele factor. Poderá parecer que esta forma de tratar a análise de classes relega o factor classe para o estatuto de apenas um entre muitos. Será que isto não leva a uma espécie de pluralismo causal característico de certas correntes da teoria social "pós-moderna", em que tudo é causa de tudo e em que a nada se confere uma importância explicativa particular?⁹ Uma conclusão deste tipo seria aceitável se aqui tivéssemos chegado há pouco vindo do espaço sideral e nunca houvessemos estudado nada acerca da vida social entre os humanos. O que acontece, porém, é que sabemos bastante acerca da vida em sociedade, tanto pela observação corrente como através da investigação sistemática, e uma das coisas que sabemos é que o factor classe se reveste de uma extrema importância para a compreensão de muitos fenómenos sociais. A classe é um poderoso factor causal devido ao modo como determina o acesso aos recursos materiais, afectando assim o uso que fazemos do tempo, os recursos que temos disponíveis para a realização dos nossos interesses pessoais, e a natureza das nossas experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. O factor classe molda, assim, profundamente, não só os interesses materiais como também as capacidades de acção. Não se pretende, com isto, sugerir que a classe é universalmente o elemento determinante mais importante de tudo o que é social, mas tão somente afirmar que ela é presumivelmente

⁹ Ou, no dizer de certas versões da teoria social pós-moderna, nada explica nada e tudo se resume a uma questão de perspectiva.

importante para um vasto leque de fenómenos. Mais concretamente, o factor classe revela uma probabilidade para desempenhar um papel especialmente importante na explicação das possibilidades da emancipação humana e dos obstáculos que a esta se colocam, uma vez que, seja praticamente qual for a equação que se faça do problema, a emancipação exige que se proceda a reorientações de fundo no que respeita ao uso da mais-valia, do tempo, e dos recursos materiais da sociedade. Tais projectos envolvem, por isso, inevitavelmente e de uma forma central, uma política de classe — ou seja, lutas políticas em torno de relações de propriedade e do controlo da mais-valia social. A tarefa central da análise de classes consiste, então, em conferir uma maior precisão à estrutura casual dos fenómenos de classe e à relação entre a classe e outros fenómenos sociais relevantes para os fins normativos do marxismo.

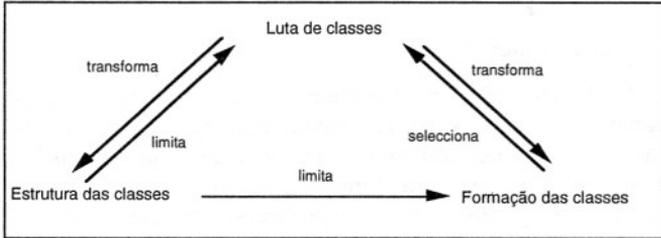
Elementos de uma análise das classes reconstruída

O meu trabalho sobre a reconstrução da análise de classes tem girado em torno de um modelo relativamente simples de interligações que unem os conceitos centrais à análise das classes: a estrutura das classes, a formação das classes e a luta de classes. O modelo encontra-se ilustrado na Figura 3. A ideia básica é que as estruturas de classe impõem *limites* não só às formações de classe (*i.e.*, à organização colectiva das forças de classe) como também às lutas de classe, sem contudo constituírem o seu único factor determinante; que as formações de classe *seleccionam* as lutas de classe dentro dos limites impostos pelas estruturas de classe; e que por sua vez as lutas de classe têm impactos *transformadores*, quer sobre as estruturas de classe, quer sobre as formações de classe¹⁰. Este modelo não é puramente estrutural, uma vez que as práticas conscientes dos actores — as lutas de classe — transformam as estruturas sociais que limitam essas práticas. Por outro lado, contudo, não se trata também de um modelo centrado nos agentes, uma vez que se considera que essas lutas se vêem sistematicamente estrangidas pelas estruturas em as pessoas vivem e agem. As estruturas limitam as práticas, mas dentro desses limites as práticas transformam as estruturas.

¹⁰ Pode considerar-se o modelo representado na Figura 3 o macromodelo fulcral da análise de classes. Existe um micromodelo paralelo que liga as *posições* de classe à *consciência* de classe e às *práticas* de classe dos indivíduos.

Figura 3

**Modelo da estrutura das classes, da formação
das classes e da luta de classes**



Este modelo define, quando muito, todo um programa de problemas a resolver. É preciso preencher de conteúdo cada um dos termos, e elaborar mecanismos para cada uma das conexões nele especificadas. No trabalho que eu próprio tenho desenvolvido acerca destas questões, a preocupação principal tem-se centrado sobretudo num dos elementos do modelo: a estrutura das classes. É minha tese que, para se conseguir uma base sólida com vista a entender a relação entre a estrutura das classes e a formação das classes e destas duas com a luta de classes, é necessário, antes de tudo, que tenhamos um conceito coerente de estrutura de classe. Já escrevi também que os conceitos marxistas tradicionais de estrutura de classe enfermavam de dois grandes problemas. Em primeiro lugar, eram demasiado *abstractos* para muitos dos problemas empíricos. O conceito marxista convencional de estrutura de classe postula classes antagónicas e polarizadas, definidas no quadro de modos de produção puros — escravos e proprietários de escravos, senhores e servos, capitalistas e operários. Contudo, no caso de muitos problemas empíricos concretos muitas das posições na estrutura de classe, e especialmente aquelas um tanto livremente designadas por “classe média”, não parecem encaixar nessa visão tão polarizada das classes. Em segundo lugar, os conceitos marxistas tradicionais de estrutura de classe tendiam para uma dimensão demasiado “macro”. Descreviam as estruturas globais das sociedades, mas não as projectavam adequadamente ao nível das vidas das pessoas individuais. Foi, por isso, meu objectivo criar um conceito marxista de estrutura de classe que ligasse os níveis concretos e “micro” da análise aos conceitos mais abstractos e de nível “macro”.

Paso agora a ilustrar este problema da formação de conceitos através de três questões conceptuais específicas: o problema da *classe média*, o problema da (chamada) *subclasse* e o problema das *alianças de classe*.

A classe média

A “classe média” levanta um problema imediato à análise marxista das classes: se o conceito abstracto de estrutura de classe é, todo ele, construído em torno da ideia de classes polarizadas, o que é que significa estar no “meio”? Quando, nos anos 70, comecei a debruçar-me sobre este problema, não existia, em meu entender, nenhuma resposta satisfatória para esta questão. Propus então um conceito novo, que permitisse lidar com estes tipos de lugar: o de *lugares contraditórios de classe*. A lógica subjacente era bastante simples. Todas as tentativas prévias feitas no sentido de resolver o problema levantado pela classe média partiam do pressuposto de que um determinado *micro-lugar* situado no interior da estrutura das classes (lugar esse preenchido por um indivíduo) tinha forçosamente de estar numa classe e numa única apenas. Assim, a classe média era tratada, ora como se fizesse parte da classe operária (sendo portanto uma nova classe operária), ora como se pertencesse à pequena burguesia (uma nova pequena burguesia), ora ainda como se, por direito próprio, se tratasse de uma classe inteiramente nova (uma classe simultaneamente voltada para actividades liberais e funções de gestão). Defendi que não era necessário aceitar tal pressuposto. Por que não aceitar a possibilidade de algumas posições de classe — certos trabalhos e profissões efectivamente desempenhados por pessoas concretas — se acharem situadas am mesmo tempo em mais do que uma classe? Os gestores, por exemplo, poderiam ser considerados como sendo simultaneamente capitalistas e trabalhadores: capitalistas, na medida em que mandavam no trabalho dos operários, e trabalhadores na medida em que não eram detentores dos meios de produção e em que vendiam a sua força de trabalho aos capitalistas.

A ideia de lugares contraditórios de classe parecia proporcionar uma solução mais coerente para o problema da classe média, solução essa que era consistente, quer com o conceito abstracto de polarização das classes, quer com as complexidades concretas das estruturas de classe realmente existentes. Esta abordagem acarretava, porém, uma

série de problemas conceptuais importantes¹¹. Esse facto fez com que, em meados dos anos 80, eu apresentasse uma segunda solução para o problema da classe média. Esta solução girava em torno do conceito de “exploração”. Em traços gerais, pode definir-se exploração como sendo um processo em que um grupo tem a capacidade de se apropriar de parte da mais-valia social produzido por um outro grupo. Defendi, então, que toda e qualquer sociedade se caracteriza por uma diversidade de mecanismos de exploração. As sociedades capitalistas não se limitam a ter formas marcadamente capitalistas de exploração assentes na propriedade desigual dos meios de produção, uma vez que encerram também aquilo a que, com base no trabalho de John Roemer, chamei “exploração pela qualificação” e “exploração pela capacidade de organização” (Roemer, 1982). No caso da exploração pela qualificação, os possuidores de certas qualificações ou capacidades invulgares conseguem incluir nos seus salários uma renda. Do que se trata, basicamente, é de uma componente do salário que se situa acima e para lá dos custos inerentes à produção e reprodução dessas mesmas capacidades¹². Essa componente corporiza, assim, uma parte da mais-valia social. Na exploração pela capacidade de organização, os gestores têm a possibilidade de se apropriar de parte da mais-valia graças ao poder que detêm dentro das estruturas burocráticas da produção capitalista. Usando esta noção de mecanismos de exploração diferenciados, poder-se-ia definir “classe média” como sendo aquelas posições no interior da estrutura das classes que se vêem exploradas ao nível de um dos mecanismos de exploração mas que a outro nível surgem como exploradoras. Os em-

¹¹ Os problemas em causa encontram-se tratados em pormenor no capítulo 2 do meu livro *Classes* (Wright, 1985). De entre eles, o mais importante consistia no facto de, dentro do conceito de “localizações contraditórias”, a dominação substituir a exploração enquanto critério central para as posições de classe.

¹² Não é fácil definir com rigor o conceito de “mais valia”. A ideia convencional, na tradição marxista, é que o produto social total pode ser dividido em duas partes. Uma delas — o produto necessário — corresponde à parte necessária para cobrir todos os custos da produção, inclusivamente os custos envolvidos na própria produção de trabalhadores (ou “valor da força de trabalho”, como era tradicionalmente designada pelos marxistas). A mais-valia é, assim, a diferença entre o produto total e o produto necessário. A dificuldade desta definição surge quando se tenta definir com precisão o que são os “custos da produção da força de trabalho”. Se esses custos forem tomados como equivalentes aos salários empíricos dos empregados, então, por definição, nenhum empregado pode ser um explorador. Se, no entanto, se considerar que os salários podem potencialmente conter “rendimentos” advindos de vários tipos de obstáculos à entrada nos mercados de trabalho, os salários poderão, nesse caso, conter porções de mais-valia.

pregados técnicos e os ligados às actividades liberais, por exemplo, podem ser considerados explorados do ponto de vista capitalista, mas exploradores de qualificações específicas. Pode, por isso, dizer-se que eles constituem “posições contraditórias dentro das relações de exploração”.

Ambas as propostas rompem com a ideia de que cada lugar de classe se deve revestir de um carácter homogéneo, e deste modo elas introduzem uma complexidade concreta bem maior do que era apanágio dos antigos conceitos de “lugar de classe”. A outros títulos, porém, ambas as propostas adoptam ainda uma visão bastante restrita do que significa ocupar um “lugar” de classe. Mais concretamente, ambas definem o lugar de classe em termos estáticos e restringem este conceito ao emprego ou ocupação. Para se chegar a um micro-conceito perfeitamente desenvolvido e elaborado de como a vida de cada indivíduo se liga às estruturas de classe, há que romper com estas restrições, para o que se deve desenvolver a ideia de posições de classe *mediadas* e de posições de classe *temporalmente situadas*¹³.

O conceito de lugar de classe mediada reconhece que as pessoas se acham ligadas à estrutura de classe através de relações sociais que não os seus “empregos” imediatos. As pessoas vivem em famílias, e por via das suas relações sociais com os respectivos cônjuges, pais e outros membros da família, podem estar ligadas a diferentes capacidades e interesses de classe. Este problema é particularmente relevante no caso dos agregados familiares em que marido e mulher, participando embora ambos da força de trabalho, podem, no entanto, ocupar profissões de classes diferentes. Uma professora casada com um executivo tem um lugar de classe “mediado” que é diferente do de uma professora casada com um operário fabril. No caso de certas categorias de pessoas — as donas de casa e as crianças, por exemplo —, as posições de classe mediadas podem ser o modo decisivo como as suas vidas se ligam ao factor classe. Já para outras pessoas, as posições de classe mediadas podem ser menos relevantes. Em qualquer dos casos, a diversidade de padrões assumida pelas posições de classe mediadas é, potencialmente, uma forma importante de variação das estruturas de classe.

¹³ Para um tratamento mais alargado dos conceitos de posição de classe *mediada* e *temporalmente situada*, v. o meu artigo (cap^o 8 de Wright *et al.*, 1989) “Rethinking, Once Again, the Concept of Class Structure”.

Os lugares de classe temporalmente situados têm a ver com o facto de muitas profissões e empregos se incrustarem em trajetórias de carreiras que implicam, de várias formas, alterações da natureza das classes. Muitos gestores, por exemplo, começam como empregados ligados a tarefas que não têm a ver com a administração. Mas o facto de se encontrarem na calha de uma carreira de administração altera os interesses de classe associados ao seu lugar, que é um lugar estaticamente definido. Mais ainda, muitos empregados pertencentes à classe média têm no seu salário uma renda (*i.e.*, proventos acima daquilo que é necessário para a reprodução a sua força de trabalho) de tal ordem elevada que lhes permite converter em capital uma parte significativa das suas poupanças, através de vários tipos de investimento. Uma tal capitalização das rendas do emprego constitui, em si, um tipo especial de dimensão temporal para as posições de classe, uma vez que permite que os empregados pertencentes à classe média, quando muito bem pagos, acabem, com o passar do tempo, por associar directamente os seus interesses de classe aos interesses da burguesia. Não quer isto dizer que estes se tornam capitalistas, mas sim que o seu lugar de classe assume, com o tempo, um carácter cada vez mais capitalista.

Todas estas complexidades são tentativas de definir de forma sistemática, e de maneiras que enriqueçam o modelo geral de determinação representado na Figura 3, as ligações existentes entre as vidas das pessoas concretas e a estrutura de classe. Nesse modelo, considera-se que as estruturas de classe impõem limites ao processo da formação de classes. Esta limitação pode ocorrer através de dois mecanismos básicos: no primeiro, as estruturas de classe moldam os interesses materiais dos indivíduos, tornando assim mais ou menos difícil agrupar certos conjuntos de posições de classe segundo organizações colectivas; e no segundo, as estruturas de classe moldam o acesso aos recursos materiais, afectando desse modo os tipos de recursos passíveis de ser brandidos pelas organizações colectivas no interior das lutas de classes. Tanto os conceitos de classe média propostos como os conceitos de posições de classe *mediadas* e de posições de classe *temporalmente situadas* visam a obtenção de um mapa mais exacto e nítido da natureza dos interesses materiais e dos recursos a que os indivíduos têm acesso por virtude da sua ligação à estrutura das classes, facilitando desse modo a análise do processo de formação das classes.

A subclasse

Um segundo problema que a análise das estruturas de classe levanta e que assumiu particular importância nos últimos anos é a questão da “subclasse”. O conceito foi popularizado pela obra de William Julius Wilson sobre a interconexão entre raça e classe na sociedade americana (Wilson, 1982; 1987). Wilson afirma que, tendo os obstáculos jurídicos à igualdade racial desaparecido e tendo, por outro lado, aumentado as diferenciações de classe entre a população negra, a estrutura determinante fundamental das vidas de muitos afro-americanos deixou de ser a raça enquanto tal para passar a ser a classe. Mais especificamente, sustenta este autor que se tem assistido a um crescimento substancial daquilo a que se pode chamar uma subclasse urbana constituída por pessoas sem qualquer qualificação vendável no mercado, pessoas essas com ligações muito ténues à força de trabalho e que vivem nas zonas degradadas dos centros das cidades, arredadas do curso maioritário da vida e das instituições americanas.

Como conferir a este conceito alguma precisão, no quadro de uma análise marxista de classe reconstruída? Uma das estratégias para o conseguir consiste em introduzir uma distinção entre aquilo que podemos designar por *opressão económica não-exploradora* e *opressão económica exploradora* (ou simplesmente “exploração”). Para chegar a esta distinção, torna-se primeiramente necessário definir o conceito geral de opressão económica. Numa primeira aproximação, pode definir-se “opressão económica” como sendo aquela situação em que (a) o bem estar material de um grupo de pessoas está relacionado de forma causal com as privações materiais de um outro, e (b) em que essa relação causal implica uma coação moralmente condenável. Estamos perante uma definição bastante complexa. Sem o critério (b) dir-se-ia que quem perde a um jogo de poker pode ser considerado “oprimido”. E sem o critério (a), o que temos é uma exclusão gratuita do ponto de vista económico — o excluir alguém do acesso a determinados recursos sem que com isso advenham benefícios materiais para ninguém. “Opressão económica” é, assim, uma situação em que os benefícios materiais de um grupo são adquiridos à custa de um outro, e em que a coação injusta é um elemento essencial do processo que o permite. Como é óbvio, a introdução da cláusula (b) faz com que os juízos formulados acerca da

natureza opressora de uma qualquer desigualdade específica se tornem altamente discutíveis, dado que de um modo geral subsistirá sempre polémica quanto à justeza moral das exclusões que servem de suporte às desigualdades em questão¹⁴.

Definida nestes termos, a opressão económica pode assumir muitas formas. A distinção entre opressão económica exploradora e não-exploradora reveste-se de particular relevância para a análise das classes. A exploração económica é uma forma específica de opressão económica caracterizada por um tipo especial de mecanismo através do qual o bem-estar dos exploradores se prende com as privações dos explorados através de uma relação de causalidade. Na exploração, *o bem-estar material dos exploradores depende causalmente da capacidade destes para se apropriarem do fruto do trabalho dos explorados*. O bem-estar do explorador depende, por conseguinte, do *esforço* do explorado, e não apenas das privações por este sofridas. Numa opressão económica de tipo não-explorador, não se verifica qualquer transferência do fruto do trabalho do oprimido para o opressor; o bem-estar do opressor depende, não do esforço do oprimido, mas antes da exclusão deste no que se refere ao acesso a certos recursos. Em ambas as situações, as desigualdades em questão entroncam na propriedade e no controlo dos recursos produtivos.

A diferença crucial entre exploração e opressão não-exploradora consiste em que, numa relação de exploração, os exploradores *precisam* dos explorados, os exploradores dependem do esforço dos explorados. No caso de opressão não-exploradora, os opressores dar-se-iam por felizes se os oprimidos pura e simplesmente desaparecessem. A vida teria

¹⁴ Poder-se-á argumentar que o critério (b) não traduz de maneira suficientemente forte aquilo que habitualmente se diz ser uma relação económica opressora. O termo opressão implica geralmente mais do que uma mera desigualdade moralmente ilegítima, sugerindo antes uma desigualdade que implica também algum tipo de relação de poder entre o opressor e o oprimido. O ludíbrio numa troca económica (ou mesmo a batota num jogo de poker) poderá, de acordo com algumas interpretações de (b), ser considerado uma forma de opressão, uma vez que tem como resultado que as vítimas do engano se vejam excluídas dos recursos económicos. No entanto, apesar de ser, por certo, moralmente ilegítimo na maior parte das circunstâncias, o ludíbrio, não será considerado, em geral, como uma forma de opressão, uma vez que não existe necessariamente nenhuma relação de poder de dominação nem de subordinação entre quem engana e quem é enganado. Para reforçar (b) poder-se-á aduzir como critério adicional a ideia de que a exclusão em questão seja apoiada pela coação, sobretudo sob a forma de protecção dos direitos de propriedade. Em todo o caso, para os objectivos vertentes não precisamos de afinar esta definição, porquanto o principal é conferir alguma clareza à distinção entre exploração e opressão não-exploradora.

sido muito mais fácil, para aqueles europeus que colonizaram a América do Norte, se o continente fosse desabitado ¹⁵. Assim, no caso da opressão não-exploradora o genocídio surge sempre potencialmente, como uma opção a seguir. Mas já não é opção no caso de uma situação de exploração, porque os exploradores carecem em absoluto do trabalho dos explorados para assegurar o seu bem-estar material. O contraste entre a África do Sul e a América do Norte quanto à maneira de tratar as populações indígenas reflecte de forma incisiva esta diferença: na América do Norte, onde os povos indígenas foram oprimidos (ao serem coercivamente deslocados das suas terras) mas não explorados, o genocídio foi a política básica de controlo social para fazer face à resistência; na África do Sul, onde a população de colonos europeus dependia fortemente do trabalho dos africanos para a sua própria prosperidade, esta opção não foi contemplada.

Esta dependência do explorador relativamente ao explorado confere a este uma certa forma de poder, uma vez que o ser humano conserva sempre pelo menos um controlo mínimo sobre o dispêndio do seu próprio esforço. O controlo puramente repressivo tem um custo alto e muitas vezes não consegue — a não ser em circunstâncias muito especiais — gerar os níveis desejados de diligência e de esforço da parte dos explorados. Em resultado disto, verifica-se geralmente uma pressão sistemática, por parte dos exploradores, no sentido de obter, de uma forma ou de outra, algum grau de consentimento da parte dos explorados, pelo menos no sentido de obter deles um nível de cooperação mínimo. Ironicamente talvez, a exploração torna-se, assim, uma força constrangedora das práticas do explorador.

Nestes termos, uma “subclasse” pode ser definida como uma categoria de agentes sociais que são economicamente oprimidos mas que não são explorados de uma maneira estável dentro da produção capitalista. No panorama da América dos nossos dias, as pessoas da subclasse são oprimidas porque lhes é negado o acesso a várias espécies de recursos produtivos, incluindo os meios necessários à aquisição de qualificações e à obtenção de bons empregos ¹⁶.

¹⁵ Não se pretende com isto negar que, em certas situações particulares, os colonos tenham beneficiado dos conhecimentos dos povos nativos da América. Pretende-se unicamente afirmar que o desalojamento da população indígena das suas terras foi um processo acidentado e que acarretou custos elevados.

¹⁶ Será talvez controverso misturar a exclusão, por parte da actual classe inferior urbana, do capital humano e de outros recursos de emprego, com o modo como os povos nativos americanos se viram excluídos das suas terras.

Mas elas não são exploradas de uma forma consistente. São, por isso, em grande medida descartáveis do ponto de vista da racionalidade capitalista, e em resultado desse facto a repressão é o modo principal de controlo social exercido sobre elas. O poder potencial que detêm contra os seus opressores — ou seja, a capacidade de obrigar a concessões de vários tipos — advém-lhes da sua capacidade de provocar perturbações no consumo, especialmente através da criminalidade e de outras formas de violência, e não da capacidade de provocar perturbações ao nível da produção por meio de um eventual controlo sobre o trabalho.

Alianças de classe e movimentos multiclassistas

Um dos principais objectivos do esforço de apuramento do conceito de estrutura das classes que aqui foi empreendido é o de facilitar a análise das formações de classe e da política de classe. Uma dimensão crucial das formações de classe é o problema das alianças de classe. As alianças de classe são situações em que pessoas oriundas de posições de classe diferentes se juntam para levar a cabo uma acção colectiva contra um inimigo de classe comum, estabelecendo, para tal, um qualquer tipo de compromisso quanto às diferenças dos respectivos interesses de classe. A aliança de classe contrasta, assim, com aquilo a que se pode chamar “movimentos multiclassistas”, nos quais os actores se põem de acordo em ignorar as diferenças de classe a fim de formarem um movimento solidário apontado a um objectivo político determinado. Os movimentos de libertação nacional, por exemplo, colocam frequentemente como que entre parênteses, em nome da “unidade nacional”, as diferenças de classe existentes entre os seus apoiantes. Nessas situações, não se assiste a qualquer tentativa real no sentido de forjar um compromisso de classe entre a burguesia, a classe

Neste último caso, o acesso ao recurso em questão revestia-se de um carácter de soma zero e recorreu-se a uma coação maciça no sentido de aplicar pela força essa exclusão, mas já no caso da formação, das aptidões e mesmo dos bons empregos, não é tão óbvio que os recursos em questão correspondam a uma quantidade fixa e que o acesso a eles esteja a ser negado através do uso da força. Assim, as desigualdades efectivas no acesso a estes recursos podem não ser, de facto, exemplos de uma “exclusão” coercivamente aplicada. Para os efeitos presentes dever-se-á, por isso, considerar a hipótese de a classe inferior ser “economicamente oprimida”, quer dizer, de que na verdade existe aqui em curso um processo moralmente condenável de exclusão do acesso, exclusão essa que tem o efeito de beneficiar certos grupos à custa de outros. Como é óbvio, isto deixa em aberto a questão crucial de saber quem, exactamente, é que beneficia dessa exclusão.

média, a classe operária e os camponeses que participam na luta. Todos eles se encontram unidos na sua oposição a um poder colonial, contudo essa unidade não assenta em quaisquer tentativas significativas de reconciliar os seus interesses de classe conflituantes.

O retrato aqui traçado deste contraste entre movimentos multiclassistas e alianças de classes é, naturalmente, algo estilizado. Muitas situações envolvem combinações variáveis entre estes dois tipos ideais. No entanto, a distinção analítica permanece importante, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista teórico. Em muitas situações, é mais fácil formar movimentos multiclassistas do que alianças de classe, contudo é também verdade que estas frequentemente fracassam, devido às tensões de classe que as atravessam e que permanecem por resolver. Por outro lado, as alianças de classe podem ser mais difíceis de conseguir, mas uma vez firmadas podem ter maior durabilidade, uma vez que os conflitos de interesses, em vez de ignorados, foram objecto de compromissos.

As diversas complexidades que surgem na análise da estrutura das classes que aqui temos vindo a discutir podem ajudar a esclarecer os problemas específicos relacionados com a formação das alianças de classe. Atente-se no problema das alianças da classe média com a classe capitalista e com a classe operária. Tanto as pessoas da classe média como as da classe operária são exploradas pelos capitalistas; em ambos os casos trata-se de empregados que dependem do mercado de trabalho para a sua subsistência. Têm, assim, a uni-los alguns interesses de classe comuns relativamente ao capital, interesses esses que constituem a base para uma aliança de classe. Por outro lado, devido à sua qualidade de exploradores pela qualificação e pela organização, os salários dos empregados da classe média contêm uma componente de renda da mais-valia que é do seu interesse proteger. Sobretudo quando esta componente é elevada, as pessoas da classe média têm a possibilidade de capitalizar essa mais-valia, ligando directamente, desse modo, os seus interesses de classe aos dos capitalistas. Estas forças conflituantes significam que, no contexto das lutas de classe, a classe média se verá dividida entre formações de classe que envolvem alianças, ora com os operários, ora com os capitalistas. Há determinados momentos históricos em que a classe média parece aliar-se fortemente à burguesia, como aconteceu no Chile com a queda do regime de Allende, e há

outras circunstâncias em que certos segmentos da classe média fazem alianças bastante duradouras com os operários, como no caso da Suécia durante o apogeu da governação social-democrata. Tarefa importante da análise das classes será a de identificar as condições em que cada um destes padrões de alianças ocorre.

A subclasse coloca problemas muito diferentes à análise das alianças de classe. Poderia parecer natural verificar-se uma tendência da subclasse e da classe operária no sentido da formação de alianças de classe, todavia há muitos obstáculos a que tal suceda. No seu esforço de proteger os empregos dos trabalhadores e de lhes elevar os salários, o movimento operário cria frequentemente, nos mercados de trabalho, barreiras que funcionam em desfavor dos membros da subclasse. Muitos têm sido os exemplos históricos em que o trabalho da subclasse serviu para furar greves e em que ela se prestou às manipulações dos capitalistas dirigidas contra o operariado. Assim, embora seja do interesse comum dos operários e da subclasse que o Estado faculte formação profissional, que regulamente o capital e que faça aumentar as oportunidades de emprego, são muitas as situações e contextos em que uns e outros se vêem em posições antagónicas. Uma das tarefas da análise das classes será então, e mais uma vez, compreender as condições que tornam praticáveis os movimentos de solidariedade em que a classe operária e a subclasse se associam.

*
* *
*

Os últimos vinte e cinco anos assistiram a um desenvolvimento extraordinário no que se refere à teoria e à investigação dentro da tradição marxista. Registou-se, assim, uma transformação de fundo na nossa compreensão de toda uma quantidade de problemas do marxismo, como sejam a teoria do valor do trabalho, a teoria da história, a dinâmica do desenvolvimento capitalista, a transição do feudalismo para o capitalismo, as contradições do Estado capitalista, os mecanismos da formação do assentimento no interior da produção e ainda o problema da classe média nas sociedades capitalistas. Tudo isto foram conquistas sólidas.

É, por isso, irónico que no contexto de todos estes avanços se proclame que o marxismo morreu como força intelectual presente no mundo e na vida. Mark Twain comen-

tou um dia, ao ler no jornal a notícia da sua própria morte: “os relatos sobre a minha morte têm muito de exagero”. Aquilo que aos olhos de críticos hostis surge como a agonia do marxismo pode não ser mais do que dores próprias de uma crise de crescimento, de um momento em que o marxismo conhece um amadurecimento enquanto teoria sócio-científica das classes e dos seus efeitos. Uma coisa, porém, é certa: a política de classe continuará a ser uma dimensão fundamental das lutas sociais, dado ser tão grande o impacto das formas de propriedade e de controlo dos recursos produtivos da sociedade sobre tantas questões de carácter social. E se a política de classe é uma dimensão central das lutas sociais, a análise das classes terá, então, um papel importante a desempenhar no desenvolvimento de instrumentos teóricos adequados, a utilizar pela acção radical. O que fica por apurar, contudo, é até que ponto uma tal análise das classes se estribará numa configuração teórica mais ampla, em que estejam contidos os vínculos normativos da emancipação de classe e as aspirações explicativas de uma teoria das possibilidades históricas. ■

Tradução de Ângela Maria Moreira

Referências Bibliográficas

- Althusser, Louis 1977 *For Marx*. Londres, Verso.
- Cohen, G. A. 1985 *Karl Marx's Theory of History: A Defence*. Londres.
- Gouldner, Alvin 1979 *The Two Marxisms*. New York.
- Roemer, John 1982 *A General Theory of Class and Exploitation*. Cambridge, Mass.
- Roemer, John 1992 "Can There Be Socialism After Comunism?", *Politics and Society*, 20, pp.261-76. 35
- Roemer, Joh *A Future for Socialism* (publicação prevista para 1994).
- Van der Veen, Robert;
Van Parijs, Philippe 'A Capitalist Road to Communism', *Theory and Society*, 15, pp. 635-55.
- Van Parijs,
Philippe (org.) 1992 *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Basic Reform*. Londres, Verso.
- Wilson, William 1982 *The Declining Significance of Race*. Chicago.
- Julius
Wilson, William 1987 *The Truly Disadvantaged*. Chicago.
- Julius
- Wright, Erik Olin 1989 "Rethinking, Once Again, the Concept of Class Structure", in Erik Olin Wright *et al.*, *The Debate on Classes*. Londres, Verso.
- Wright, Erik Olin 1992 "The Noneffects of Class on the Gender Division of Labor in the Home", *Gender and Society*, June.
- Wright, Erik Olin;
Levine, Andrew;
Sober, Elliott 1992 *Reconstructing Marxism*. Londres, Verso.